

Leonardo Brandão Rocha

Procurador do Município de Contagem.
Mestre em Direito Público pela Universidade Fumec.
Especialista em processo pela Puc Minas.

A Execução Fiscal e o Princípio da Eficiência *da ação judicial à cobrança administrativa*



Belo Horizonte

2022



Copyright © 2022 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

1227368

EDITORA DEL REY LTDA.
www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza
(in memoriam)

Coordenação Editorial: Leticia Neves

Diagramação e revisão: Know-how Editorial

Capa: JP Designer

Editora:

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24
Centro – Belo Horizonte – MG
CEP 30190-050

Comercial:

Tel.: (31) 3284-3284 / 3293-8233
vendas@editoradelrey.com.br

Editorial:

editorial@editoradelrey.com.br

CONSELHO EDITORIAL:

Alice de Souza Birchall

Antônio Augusto Caçango Trindade
(in memoriam)

Antonio Augusto Junho Anastasia

Antônio Pereira Galo Júnior

Aroldo Plínio Gonçalves

Carlos Alberto Penna R. de Carvalho

Dalmar Pimenta

Edelberto Augusto Gomes Lima

Edésio Fernandes

Felipe Martins Pinto

Fernando Gonzaga Jayme

Hermes Vilchez Guerrero

José Adércio Leite Sampaio

José Edgard Penna Amorim Pereira

Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior

Misabel Abreu Machado Derzi

Plínio Salgado

Réнан Kfuri Lopes

Rodrigo da Cunha Pereira

R672e Rocha, Leonardo Brandão

A execução fiscal e o princípio da eficiência: da ação judicial à cobrança administrativa / Leonardo Brandão Rocha.-- Belo Horizonte : Del Rey, 2022.
174 p.

ISBN: 978-65-00-52631-8

1. Direito tributário - Brasil. 2. Execução fiscal - Brasil. 3. Dívida ativa - Brasil. I. Título.

CDU: 336.2(81)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo 1	
CRESCENTE JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS	5
1.1 A judicialização e o Judiciário. Análise dos efeitos perniciosos daquela.....	11
1.2 Descrédito das funções estatais, e não só do Judiciário. Uma questão de (i)legitimidade e (des)legitimação	14
1.2.1 Análise sob a perspectiva legislativa.....	18
1.2.2 Análise sob a perspectiva jurisdicional.....	25
1.2.3 Análise sob a perspectiva executiva	31
1.2.4 Conclusão parcial. Crise de legitimidade e legitimação das funções estatais.....	36
Capítulo 2	
A AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL	43
2.1 Lei 6.830/80	43
2.1.1 Contexto histórico	47
2.2 A ação de execução fiscal em números.....	51

Capítulo 3

PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	57
3.1 Princípio da eficiência.....	58
3.1.1 Ineficiência da ação de execução fiscal ao fim arrecadatório.....	65
3.2 Princípio do devido processo legal.....	75

Capítulo 4

O CONTRAFLUXO DA COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	79
4.1 Cobrança administrativa	82
4.1.1 Protesto de certidão de dívida ativa	82
4.1.2 Transação tributária.....	88
4.1.3 Regime diferenciado de cobrança de créditos.....	91
4.1.4 Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal	93
4.1.5 Demais atuações estritamente administrativas para a cobrança tributária.....	94
4.1.6 Procedimento de execução fiscal afeto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Lei 10.522/02. Análise sob a perspectiva do devido processo legal.....	96
4.1.6.1 Averbação pré-executória.....	96
4.1.6.2 Ajuizamento seletivo.....	111
4.1.6.3 Demais institutos correlacionados ao intuito da Lei 10.522/02.....	113
4.2 Cobrança administrativa no direito comparado. Chile, Peru e Argentina.....	115
4.2.1 Modelo chileno	116
4.2.2 A experiência peruana	121
4.2.3 Sistemática argentina.....	125
4.2.4 Conclusão parcial.....	130
CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS.....	139